



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

**Os impactos da pandemia na saúde mental dos adolescentes
privados de liberdade na Unidade de Internação Masculina
Extensão, Maceió, Alagoas.**

Kelly Priscila Figueira Palmeira

Brasília, 2022



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

**Os impactos da pandemia na saúde mental dos adolescentes
privados de liberdade na Unidade de Internação Masculina
Extensão, Maceió, Alagoas.**

Kelly Priscila Figueira Palmeira

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao
Adolescente.

Orientador: Potyguara Alencar dos Santos

Brasília, 2022

Kelly Priscila Figueira Palmeira

**Os impactos da pandemia na saúde mental dos adolescentes
privados de liberdade na Unidade de Internação Masculina
Extensão, Maceió, Alagoas.**

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao
Adolescente.

Orientador: Potyguara Alencar dos Santos

Aprovado em: 05/03/2022

Banca Examinadora

POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS

DAYANE SILVA RODRIGUES

FP172i Figueira Palmeira, Kelly Priscila
Os impactos da pandemia na saúde mental dos
adolescentes privados de liberdade na Unidade de Internação
Masculina Extensão, Maceió, Alagoas / Kelly Priscila
Figueira Palmeira; orientador Potyguara Alencar dos Santos;
co-orientador Bernardo kipnis. -- Brasília, 2022.
26 p.

Monografia (Especialização - Especialização em Garantia
dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao
Adolescente.) -- Universidade de Brasília, 2022.

1. Medidas Socioeducativas. 2. Adolescentes. 3. Saúde
Mental. 4. SARVS-Cov-2. 5. Pandemia por COVID-19. I.
Alencar dos Santos, Potyguara, orient. II. kipnis,
Bernardo, co-orient. III. Título. |

Resumo

Nesse capítulo, propomos refletir criticamente acerca da pandemia de COVID-19 e sua repercussão na saúde mental dos adolescentes privados de liberdade. As normatizações expostas pelo Ministério da Saúde tem demonstrado que prevenir o aumento da transmissão do coronavírus em unidades socioeducativas faz parte do combate a esta pandemia na sociedade em geral, tendo o isolamento social como uma adoção de medida de contenção ao avanço da doença. No entanto, essa condição gerou quadros de ansiedade e instabilidade emocional em muitas pessoas, principalmente naqueles que atuam em contextos institucionais de alta complexidade. O presente capítulo resulta de uma pesquisa que buscou problematizar os efeitos da pandemia na saúde mental dos adolescentes privados de liberdade na unidade de internação Masculina Extensão, município de Maceió, Alagoas. O trabalho está ancorado nos preceitos metodológicos da pesquisa quali-quantitativa, elegendo a centralidade do método da análise de discursos baseado na fenomenologia hermenêutica de Paul Ricoeur. Conclui-se que, em tempo de pandemia, tão importante quanto as medidas de restrições do combate ao coronavírus, é a identificação das múltiplas consequências e os impactos na saúde mental que essa vem ocasionando nas vidas desses adolescentes privados de liberdade.

Palavras-chave: Medidas Socioeducativas; Adolescente; Saúde Mental; SARS-CoV-2; Pandemia por COVID-19

SUMÁRIO

Introdução	06
Metodologia	10
Levantamento, Análise e Resultado	12
Conclusão	21
Referências	23

Lista de abreviaturas, siglas e símbolos

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EPIS – Equipamentos de Proteção Individual

OMS – Organização Mundial de Saúde

SARS-COV-2 – Síndrome Respiratória Aguda Grave

SEPREV – Secretaria Estadual de Prevenção a Violência

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUS - Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UIME – Unidade de Internação Masculina Extensão

Introdução

O capítulo em tela resulta de uma pesquisa que buscou problematizar os efeitos da pandemia do SARS-Cov-2 (Covid-19) na saúde mental dos adolescentes privados de liberdade na unidade de internação Masculina Extensão, município de Maceió, Alagoas. Diante dos desafios impostos por esse momento especial, a seguinte problematização foi colocada como guia da pesquisa: quais foram as restrições e reacomodações gerenciais impostas pelo período pandêmico, e como elas refletiram no tipo de atendimento prestado aos jovens privados e, conseqüentemente, nas suas saúdes mentais?

Trata-se de uma pesquisa de natureza quali-quantitativa desenvolvida a partir das experiências do corpo técnico da unidade socioeducativa Extensão, que engloba profissionais das áreas de psicologia, enfermagem e psiquiatria atuantes na Unidade Básica de Saúde localizada no complexo das unidades de internação socioeducativa do estado de Alagoas. Esses profissionais serão acompanhados ao longo de janeiro de 2022. Para tanto, priorizou-se a metodologia da análise do discurso, que será aplicada aos *corpora* textuais dos prontuários de atendimento de adolescentes que são usuários de medicamentos psicotrópicos no período de janeiro de 2021, além do instrumento das entrevistas semiestruturadas dirigidas com profissionais da Unidade de Internação Extensão e da unidade básica de saúde.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 112, traz a medidas socioeducativas estabelecida, as quais apresentam uma gradação que deve levar em conta a capacidade de os adolescentes cumpri-las, as circunstâncias e a gravidade da infração; são elas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

A Medida Socioeducativa de Internação é a mais extrema, mas tem caráter pedagógico direcionado ao adolescente que pratique ato infracional

mediante grave ameaça ou violência a outrem, bem como aqueles adolescentes que reincidem na prática de outros atos infracionais ou que descumpram injustificadamente a medida anterior; nesse caso, adolescente que ao receber progressão de medida não cumpre a medida imposta e acabam regredindo.

A Unidade de Internação Masculina está situada no complexo das medidas socioeducativa e gerida pela Secretaria Estadual de Prevenção a Violência – SEPREV, localizada no município de Maceió, atendendo as demandas do estado de Alagoas. Essa Unidade atende adolescentes oriundos de outras unidades, sejam elas internação ou provisória. Tem a capacidade para atender 24 adolescentes, porém sua população atual é de 19 adolescentes. Destes, oito receberam diagnóstico de transtorno mental e 13 estão em acompanhamento psicológico a nível ambulatorial.

Segundo o artigo 112 § 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), deve ser garantido pelo Estado que “os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições”. Neste sentido, a medida não exclui seu caráter sancionatório, inerente a qualquer medida socioeducativa, no entanto o adolescente que são portadores de doença mental deverão receber um tratamento adequado de acordo com suas necessidades.

Em setembro de 2019, havia no Brasil 18.086 adolescentes cumprindo medida socioeducativa em privação de liberdade em 330 unidades em todo o país, ultrapassando o limite das 16.161 vagas disponíveis (BRASIL, 2019). No Estado de Alagoas, cerca de 80% dos adolescentes e jovens que estavam em cumprimento de medidas socioeducativa no regime fechado testaram positivo para o vírus COVID-19, e, na Unidade de Internação Masculina Extensão cerca de 90% dos adolescentes internos a UIME cerca de 90% dos adolescentes internos foram contaminados. (Relatório da Unidade Básica de Saúde Dr Jose Gonçalves Alves Sobrinho).

Diante de tal realidade, o isolamento social foi adotado como uma das principais medidas para o aniquilamento da propagação do vírus COVID-19. Em decorrência dessa medida, os adolescentes assistidos foram afetados pelos impactos físicos, sociais acarretando efeitos psicológicos negativos por essa

medida sanitária, incluindo sintomas como estresse, medo, preocupação raiva, desamparo, insegurança, solidão, ansiedade, depressão. Segundo as análises clínicas prévias sinalizadas pelos profissionais, a saúde mental dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas na unidade de internação masculina foi afetada devido à ausência do contato físico com os familiares – que foram substituídos por contatos virtuais – e da retirada de algumas atividades que favoreciam contato direto com outras pessoas, a exemplo dos próprios profissionais.

Considerando os impactos que a pandemia de COVID-19 proporcionou aos adolescentes, a pesquisa foi realizada com o corpo técnico da UIME, também com os profissionais que atuaram na linha de frente da UBS.

O objetivo principal deste capítulo é apresentar as ações adotadas pelo Estado de Alagoas no enfrentamento ao coronavírus no sistema socioeducativo, especificamente na Unidade de Internação Masculina Extensão. Como objetivos secundários, busca-se refletir sobre sua efetividade na garantia da atenção Integral à saúde dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade.

A partir da Constituição de 1988, ocorreram mudanças significativas no que tange a infância brasileira, superando as concepções restritivas de direitos e atribuindo a criança e ao adolescente o reconhecimento legal como sujeitos de direito e em fase peculiar de desenvolvimento, distinguindo das outras fases.

O ECA garantiu mudanças no âmbito da defesa e da promoção dos direitos da criança e do adolescente, como também no atendimento a estes direitos reconhece sua condição peculiar de desenvolvimento, a prioridade absoluta e a primazia de atendimento e a responsabilização e aplicação de medidas socioeducativas aos adolescentes que cometem atos infracionais.

Como no presente estudo trataremos do impacto da pandemia na saúde mental dos adolescentes que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado, temos como marco o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE); dentre outras questões, podemos perceber a afirmação da importância de interação entre as políticas públicas e,

dentre elas, as políticas de promoção da saúde dentro as crianças e os jovens qualificados pelas ações públicas do SINASE .

O princípio da incompletude institucional, exposto no SINASE, confere ao Sistema Único de Saúde (SUS) a responsabilidade pela atenção integral à saúde dos adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo em restrição de liberdade. Mediante essa exigência do SINASE, o Ministério da Saúde criou a Normatização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei e, em 2014, redefiniu as diretrizes da política, com a publicação das Portarias ns.º 1.082 e 1.083.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) criou uma declaração sobre situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) por doença respiratória causada pelo coronavírus (Covid-19) e a publicação, em 12 de março de 2020, pelo Ministério da Saúde, da Portaria nº 356 de 11/03/2020.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apresentou em 17 de março de 2020, uma recomendação quanto a medidas que possam mitigar a potencialidade de contaminação. Para a socioeducação, foi proposto reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, como também foi exposto nesse documento recomendações de higienização e condições para o recebimento de visitas nas unidades e o procedimento a ser adotado para os casos suspeitos ou confirmados de Covid-19 nas instituições.

A literatura que tem se especializado no tema dos efeitos da pandemia sobre as formas de atendimento nas unidades de internação – a exemplo dos trabalhos de Kinner *et al.* (2020) e Sousa, Santana e Zeitoune (2020) – tem observado que adolescentes privados de liberdade têm chances de contaminação potencializadas, considerando as condições insalubres, espaços pouco ventilados e a precariedade dos serviços de saúde oferecidos nos centros de socioeducação (KINNER *et al.*, 2020).

Mediante a disseminação do vírus, a Gerência de Saúde das Medidas Socioeducativa de Alagoas, juntamente com o Ministério Público, instituiu um plano de contingência de prevenção ao contágio por Covid-19 (Alagoas. Secretaria Estadual de Prevenção a Violência, 2020), para orientar as unidades

socioeducativas no procedimento das ações, tais como: isolamento em caso de suspeita, testagem de todos os adolescentes e funcionários, uso obrigatórios de EPIS, higienização pessoal, quarentena para os adolescentes novos, casos suspeitos ou confirmados, vacinação para todos os adolescentes e funcionários, garantia de contatos semanais com a família via telefone e/ou videochamada e atendimento psicossocial.

Como analisam outros referenciais que pensam os aspectos necessários à requalificação das unidades de socioeducação no Brasil (ABNT – MACHADO, G. DE O. *et al.*, 2020), as medidas de prevenção surgiram para contribuir para a diminuição da transmissão do vírus, mas, por outro, lado o isolamento acabou também potencializando a violação de direitos humanos, acarretando efeitos negativos à saúde mental dos jovens em situação de acolhimento socioassistencial. As implicações psicológicas ocasionadas pela pandemia foram também sinalizados pela literatura especializada como diretamente relacionadas às medidas de contenção da doença, sobretudo o isolamento social (SOUSA, SOUSA, SANTANA & ZEITOUNE, 2020).

Metodologia

Esta pesquisa se ancorou nos preceitos metodológicos da pesquisa qualitativa, tendo sido o método da análise de discursos baseado na fenomenologia hermenêutica de Paul Ricoeur escolhido para o angariamento e análise sistemática dos dados. Tal metodologia foi escolhida pela consideração da dinamicidade, especificidade e profundidade das relações construídas na medida socioeducativa de internação; em especial, no contexto instalado pelo COVID-19.

Segundo Chizzoti (2006), a análise do discurso é uma metodologia que permite ao pesquisador identificar formas de pensamento, conjunto de ideias, significados ou conjunto de conhecimentos que são expressos nas comunicações verbais ou textuais.

A teoria de Ricoeur (1988) preconiza que, ao se comunicarem, as pessoas realizam três principais tipos de atos: os locucionários, ilocucionários e

perlocucionários. O primeiro, o ato locucionário, refere-se ao ato de dizer, é o conteúdo formal de cada discurso e exterioriza-se nas frases enquanto proposição, podendo ser de ordem, dúvida, desejo, etc. O segundo, o ato ilocucionário, é referente àquilo que se faz ao dizer, sendo enunciado pelos conteúdos não verbais que acompanham a fala e pelo que o falante expressa por meio da linguagem simbólica e corporal, podendo caracterizar-se pelos gestos, expressões faciais, pausas, entonações, etc. Já o terceiro, o ato perlocucionário, está relacionado àquilo que é feito pelo fato de falar, que pode traduzir-se em seduzir, convencer, confundir, explicar, assustar. Ao se ponderar sobre as construções discursivas dos interlocutores, a pesquisa manterá atenção a essas zonas de delineamento da expressão e do símbolo vocal, tentando avaliar as formas de significação das realidades sociais dos atores através dos seus atos de fala, que serão registrados por meio de questionário.

Ao optar-se pela abordagem quali-quantitativa, a pesquisa foi pensada para cumprir duas etapas. Na primeira, será feito um levantamento de dados de adolescentes que estão em acompanhamento psiquiátrico e/ou psicológicos, associando os resultados e as suas variações aos possíveis efeitos causados pelo período pandêmico. As informações a serem coletadas dizem respeito ao uso de medicação e transtorno mentais e comportamentais acometido. As fontes para tais dados serão o arquivo de prontuários dos adolescentes que estão em acompanhamento pelo serviço de saúde mental da Unidade Básica de Saúde. Esses prontuários estão resguardados em uma sala de arquivo localizado na Unidade Básica de Saúde Dr. José Gonçalves Sobrinho, localizada no complexo das unidades socioeducativas de internação masculina do estado de Alagoas.

O acesso a tais dados foi garantido mediante consulta formal prévia e exposição detalhada dos propósitos científicos e disposições éticas da pesquisa de resultados aqui apresentados.

A parte quantitativa do levantamento mensurou a ocorrência de adolescentes que foram submetidos a tratamento psiquiátrico entre 2018 e 2021, as formas de assistência prestadas a eles e os tipos de tratamento com eles administrados, tentando inferir possíveis relações com os efeitos da pandemia.

Também serão avaliadas as ações que foram desenvolvidas pela equipe multidisciplinar para amenizar as sequelas mentais decorrente da pandemia.

Na segunda etapa será aplicado um questionário com perguntas semidirigidas com os profissionais que atuam diretamente com os adolescentes da Unidade de Internação Masculina Extensão. Os participantes da pesquisa serão dois profissionais da área de psicologia – um psiquiatra e três psicólogos que atuam na unidade básica de Saúde – e dois do serviço social que atuam diretamente com os adolescentes na unidade de internação Masculina Extensão. Estes profissionais optaram pela entrevista semidirigida, que foi realizada na unidade básica de saúde e na unidade de internação. Eles atenderam aos critérios de inclusão de estar na faixa etária de 18 até 59 anos, ter formação nas áreas afins, ter disponibilidade de tempo para participar das entrevistas e concordar em participar da pesquisa por meio da leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O objetivo da administração sistemática de tais instrumentais metodológicos e analíticos (pesquisa quantitativa em conteúdos de acervos e aplicação de questionário) é proporcionar uma reflexão construtiva ancorada tanto no processo de compreensão hermenêutica das construções narrativas dos agentes sociais envolvidos, quanto na leitura crítica dos impactos acarretados na saúde mental dos adolescentes que se encontram em regime de privação de liberdade. Também raciocinando sobre as práticas socioeducativas desenvolvidas no atual contexto que, de uma forma ou de outra, tenham sido afetadas pela pandemia causada pelo SARS-Cov-2 (COVID-19).

Levantamento, Análise e Resultado

A Unidade de Internação Masculina Extensão tem como finalidade acolher adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos incompletos. Conforme estabelecido no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente¹, a internação é aplicada por tempo indeterminado, respeitado o limite de três anos. A Unidade disponibiliza 24 leitos distribuídos em 12 alojamentos. Atualmente, 22

adolescentes estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Destes, um adolescente se encontra em internação domiciliar, pois se enquadra nos critérios estabelecidos para obtenção de medida protetiva.

No momento da pesquisa, a referida unidade disponibilizava de um quadro profissional distribuído da seguinte forma: um supervisor, quatro fiscais, 40 agentes socioeducativos, uma monitora e equipe de professores (os quais pertencem à coordenação pedagógica da superintendência socioeducativa), além dos professores cedidos pela Secretaria Estadual de Educação. Somentamos que a equipe técnica é composta por duas assistentes sociais, duas psicólogas, um advogado e uma pedagoga. As ações de saúde são dirigidas pela equipe multidisciplinar de saúde pertencente ao quadro profissional da Unidade Básica de Saúde.

Esta Unidade de Internação socioeducativo do estado de Alagoas foi escolhida como campo de estudo por razão do cenário de crise pandêmica conflagrado pelo covid-19 desde o ano de 2019. O que se notabilizou, nos últimos anos, foram os impactos acarretados na saúde mental desses adolescentes, fenômeno que demandou novas formas de atuação profissional e perspectivas de oferta de serviços dentro do campo da saúde mental. Desse modo, o surto viral do covid-19 veio a ampliar a demanda reprimida que já existiam nesses centros, forçando a atualização das suas medidas estratégicas.

Como anunciado antes, a pesquisa utilizou estratégias combinadas de coleta de informações nos prontuários dos assistidos e relatos dos profissionais das áreas de psicologia, serviço social e pedagogia que atuam diretamente com esses adolescentes, a fim de descrever o padrão de atenção em saúde mental na Unidade Socioeducativa de internação Extensão (UIME).

Os prontuários pesquisados pertenciam a adolescentes do sexo masculino, contabilizando um total de 22 adolescentes; todos continuam cumprindo medida socioeducativa em regime de internação. Destes, quatro residem na capital alagoana e dezessete no interior do estado, enquanto um é oriundo de outro estados brasileiros.

Os adolescentes informados como de etnia parda figuram ali como a população majoritária (50%). Destes, 32% se consideravam negros e 13,7%

brancos, apenas 5% se consideravam da etnia amarela. Não completaram o ensino fundamental 73% dos adolescentes. Em relação aos atos infracionais motivadores do ingresso na instituição, observa-se que a causa mais frequente é o homicídio (64%), seguido dos roubos (32%). Primeira entrada no sistema socioeducativo alcançavam 95% da amostra, enquanto apenas 5% dos adolescentes são reincidentes.

O modelo de pesquisa utilizado também permite fazer análises estatísticas e descritivas através do quantitativo de adolescentes que passaram a ser submetidos à psicoterapia ambulatorial e/ou uso de medicação.

Os dados ora apresentados por este capítulo trazem, de forma específica, um recorte populacional dos adolescentes que necessitaram de tratamento em saúde mental no decorrer da pandemia. Por razão do desenvolvimento de transtornos mentais, esses estavam submetidos a acompanhamento medicamentoso emergencial e a medida de isolamento.

No que se refere aos dados qualitativos da pesquisa, esses foram coletados através das seguintes estratégias heurísticas: (i.) entrevista com instrumento semiestruturado com os profissionais que fazem parte do quadro técnico da Unidade de Internação Masculina Extensão; são eles: duas psicólogas, duas assistentes sociais e uma pedagoga; (ii.) no primeiro momento foi realizado um encontro com os profissionais entrevistados com a finalidade de esclarecer as finalidades da pesquisa; (iii.) posteriormente foram realizados três encontros individuais com os entrevistados; tais encontros foram realizados na sala da equipe técnica.

Cada participante responsável foi informado sobre a finalidade do estudo, da política deontológica do sigilo e da não obrigatoriedade da participação. Os que concordaram em participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A identidade dos adolescentes e dos profissionais foi mantida em sigilo, sendo garantida a confidencialidade e a privacidade das informações obtidas. A pesquisa foi autorizada pela superintendente de Medidas Socioeducativas do Estado de Alagoas, mediante a apresentação do Termo de Consentimento e esclarecimento livre (TCLE).

Conforme Costa & Assis (2006), os adolescentes em conflito com a lei são identificados como uma população em vulnerabilidade e as intervenções podem ser caracterizadas como um fator de proteção durante o cumprimento de medida socioeducativa. Com o surgimento da pandemia de Covid-19, a Coordenação de Saúde do sistema socioeducativo implantou um protocolo de prevenção viral. O isolamento social foi uma das medidas de proteção que afetou de forma significativa o contexto social, principalmente a suspensão das visitas familiares e a redução das atividades ofertadas, promovendo alterações profundas na saúde mental dos assistidos.

Os profissionais entrevistados relataram que os principais desafios encontrados no período da pandemia foram:

1. Cancelamento temporário das visitas familiares dos socioeducandos: *“Os socioeducandos ficaram mais ansiosos e irritados em decorrência da suspensão da visita, apesar dos contatos com os familiares terem sido semanalmente através de videoligação o que contribuiu para minimizar as angústias”* (SIC) (Psicóloga A);
2. Suspensão temporária das atividades coletivas, tais como horticultura, esporte e educação: *“Devido ao isolamento social as atividades realizadas em grupo não podiam acontecer devido a possibilidade de contaminação da covid-19 [...] A pausa temporária nas atividades pedagógicas, de lazer, esportiva e artísticas acarretou sintomas ansiosos, medo, angústia e sintomas depressivos em alguns adolescentes”* (SIC) (Psicóloga B);
3. Diminuição dos atendimentos ofertados pela equipe técnica: *“Aqueles adolescentes que não apresentaram sintomas continuaram a ser atendidos pela equipe técnica de forma restrita”* (SIC) (Assistente);

Diante de tais medidas adotadas, os adolescentes passaram a ficar a maior parte do tempo dentro dos alojamentos, convivendo apenas com os demais que compartilham o mesmo espaço. Vale frisar que cada alojamento comporta quatro adolescentes, porém, no período pandêmico, esse número foi reduzido para dois. Como informa a literatura especializada, a readaptação é necessária frente às

novas demandas em atenção psicossocial nos ambientes de privação de liberdade, de modo a assegurar a proteção ao contágio de todos (SÁNCHEZ, SANTOS & LAROUZE, 2018).

Assim, desde o início da pandemia foram necessários reajustes para que os cuidados com a saúde mental não fossem deixados de lado. Para tanto, foi autorizado o oferecimento de serviços de forma remota, permitindo a atuação de equipes multiprofissionais da saúde mental. As casuísticas registradas pela literatura que se volta para ambientes institucionais que cuidam de sujeitos acometidos por psicopatologias comprova que o aumento da comunicação entre os familiares e a criação de uma rede de cuidado para quem já vem apresentando sintomas de transtornos mentais pode ser decisivos para os seus tratamentos (SCHMIDT, *et al.*, 2020; SOCCOL e SILVEIRA, 2020).

Diante das medidas adotadas e visando minimizar os impactos psicológicos, foram adotados procedimentos para diminuir os impactos psicológicos nos adolescentes. Os contatos telefônicos, as videoconferências e as cartas recebidas e enviadas se tornaram um elo de preservação dos vínculos com os familiares, além da preservação dos atendimentos com a equipe técnica, mesmo que de forma reduzida.

O período de pandemia se caracterizou pela instabilidade emocional decorrente do isolamento e das medidas de prevenção, que impactou nos socioeducandos privados de liberdade da Unidade de Internação Masculina Extensão. Essa forma de prevenção, ainda que seja eficaz para diminuir a disseminação do vírus, é bastante prejudicial à saúde mental de pessoas que já estão em situação de isolamento da sociedade, sobretudo se essas pessoas estão na fase da adolescência (SÁNCHEZ, SANTOS & LAROUZE, 2018). Nesse sentido, todo o desafio assistencial das equipes de profissionais dizia respeito ao esforço de amortizar o impacto das especificidades relacionais causadas pela pandemia sobre a população em atendimento. A pandemia veio a provar que a condição psíquica e emocional desses adolescentes é diametralmente favorecida quando expostos a contextos em que suas individualidades se ressentem do isolamento social e da rejeição focalizada sobre suas biografias particulares; principalmente em razão do histórico de suas processos de adoecimento.

A relevância da assistência em saúde mental na Unidade de Internação Masculina Extensão, no decorrer do período pandêmico, foi revelada pelo fato de que 85% dos prontuários informarem que os adolescentes tinham sido submetidos a algum tratamento. Vale frisar que a referida pesquisa considerou como “tratamento em saúde mental” o uso de psicotrópico, o atendimento psiquiátrico e os atendimentos psicológicos.

Anna Freud (1958) aponta que o adolescente se manifesta emocionalmente de diversas formas. Nessa fase do seu ciclo de vida é possível observar a linha tênue entre a normalidade e a patologia que identificam o transtorno psíquico, sendo que das suas condutas patológicas se sobressai a instabilidade das emoções. Tal configuração emocional decorre, entre outros motivos, das constantes transformações e descobertas que repousam efeitos diretos sobre a instabilidade das emoções.

Considerando os impactos da pandemia e as dificuldades dos adolescentes nesse processo de transição, é grande o crescimento de adoecimentos psíquicos, daí a importância de identificar o sofrimento psíquico e ofertar tratamento adequado. Foi detectado pelos profissionais entrevistados que os adolescentes passaram a desencadear apatia e comportamentos ansiosos e depressivos no decorrer da pandemia. Uma das interlocutoras da pesquisa que atua como psicóloga relata que: *“observou-se uma certa apatia, comportamento ansioso devido ao distanciamento temporário da família”* (SIC). Enquanto a entrevistada B relatou que *“alguns adolescentes começaram a apresentar insônia, irritabilidade, medo, angústia, sintomas de ansiedade e depressão”* (SIC). Tais observações foram corroboradas na fala da entrevistada C, que informou que *“alguns adolescentes passaram a apresentar sintomas ansiosos, transtorno de ansiedade e transtorno depressivo, além de sintomas psicóticos naqueles que já apresentavam alguma vulnerabilidade”* (SIC).

Assim, observou-se que as medidas de prevenção adotadas para o controle do número de casos de COVID-19 geraram impactos na saúde mental da população de forma geral. Os principais sintomas psicopatológicos causados pela quarentena são medo, ansiedade, humor deprimido, maiores chances de abuso alcoólico, estresse pós-traumático e depressão. Esse quadro resulta de

um conjunto de fatores que vão além da redução do contato com outras pessoas, mas também por questões econômicas, pelo medo da doença e até mesmo pelo impedimento de se despedir daqueles que morrem (BROOKS *et al.*, 2020).

Diante da realidade apresentada, os adolescentes que passaram a apresentar sofrimento psíquico foram encaminhados para avaliação multidisciplinar composta por psiquiátrica e psicólogos visando a inclusão em tratamento com intuito de minimizar os impactos psíquicos decorrentes da pandemia.

Referente ao tipo de tratamento submetido, a pesquisa registrou, por meio da leitura dos prontuários, que cerca de 70% desses adolescentes estão em psicoterapia a nível ambulatorial e 30% submetidos a tratamento multidisciplinar fazendo uso de medicação controlada.

A psicoterapia ambulatorial é realizada em consultório apropriado da Unidade de Saúde do complexo socioeducativo. Ela busca trabalhar a partir do diálogo e da conversação as questões emocionais, fazendo o uso de várias abordagens e conexões com a subjetividade do indivíduo. Esse acompanhamento ocorre individualmente, ajudando os adolescentes a lidar com os fatores influenciadores dos sintomas psíquicos apresentados.

Para Schoedl *et al.* (2011), a terapia tem como objetivo auxiliar o paciente a identificar e resolver os seus conflitos nessa fase de transformações, tendo papel fundamental para orientação dos cuidados. Desse modo, a terapia ambulatorial figura uma forma de tratamento terapêutico oferecido aos adolescentes e jovens que não necessariamente precisam ser submetido a terapia medicamentosa.

Como mostraram os seus prontuários, a falta de bem-estar mental desencadeou diversos efeitos negativos no cotidiano desses adolescentes, como transtornos, distúrbios do sono e sofrimento psíquico. Segundo as avaliações do corpo de profissionais que atuou como interlocutor desta pesquisa, a pandemia associada a um aumento no aparecimento de transtornos mentais se tornou um fator causal decisivo para o consumo elevado de medicamentos psicotrópicos

Sobre o uso de medicação, as respostas ao questionário dão conta que 6 (30%) adolescentes receberam algum tipo de medicação psiquiátrica no decorrer do período pandêmico, sendo que 4 (20 %) usavam medicação no dia da análise nos prontuários. Esses adolescentes apresentaram sintomas característicos de hiper vigilância, ansiedade intensa, preocupação excessiva, medo e pensamento intrusivo.

A pandemia do novo Coronavírus também provocou altos níveis de estresse tanto pelo medo de contrair a doença, como pela insegurança em padrões sociais e econômicos (Fontes e Neri 2015; Barros *et al.*, 2020). Os prontuários apontam como fatores causais típicos mais comuns o medo de contrair o vírus, o distanciamento social, preocupação familiar, o tédio decorrente do isolamento.

Para Marsh e Graham (2005), adoecer psicologicamente remete à manifestações de transtornos psicológicos cujas origens são múltiplas, uma vez que diversas são as variáveis envolvidas em seu desenvolvimento e manutenção, como os fatores hereditários, ambientais e culturais, vivenciados no ambiente social em geral e nas relações familiares. O transtorno psíquico pode ocasionar graves prejuízos sociais e emocionais em qualquer fase da vida, mas é na adolescência que o desenvolvimento psíquico se torna mais vulnerável devido as questões de instabilidade das transformações ocorridas nessa fase (FREUD, 1988). Se não for devidamente tratado, tais processos de adoecimento poderá ocasionar o surgimento de adoecimentos psíquicos.

No contexto assistencial focalizado pelo instrumento do questionário, os diagnósticos psiquiátricos mais citados, após a pandemia, foram o de transtorno de ansiedade, (18%), o segundo diagnóstico mais citado foi o de transtornos do humor (8%) e o terceiro, estresse pós-traumático (5%). Os demais adolescentes apresentaram sintomas de ansiedade (58%) e depressão (11%).

Como demonstram os relatos de alguns dos socioeducandos, a crise gerada pelo covid-19 teve um forte impacto nas suas vidas:

“Desde o início do isolamento, comecei apresentar ansiedade, e com o passar do tempo foi aumentando muito, as vezes acho que vou morrer, tenho muito medo de pegar esse vírus, morrer e não poder sair

daqui e dar um abraço na minha família", diz o adolescente W.P. o Adolescente que antes da pandemia apresentava uma estabilidade emocional passou a ter insônia noturna, ansiedade, medo além de sintomas físicos como taquicardia, tontura e dificuldade para respirar" (W.P, 17 anos).

O jovem E.O, 18 anos, através do seu relato, dá detalhes do quadro sintomático que passou a lhe ocorrer:

"[...] com frequência a ansiedade vem sem que eu espere, meu coração acelera e tenho dificuldade em respirar, acho que vou morrer e não vou ver meus filhos... As vezes fico irritado e estressado com as pessoas que termino magoando, me arrependo, mas, já fiz" (E.O, 18 anos).

Salientamos que, antes da pandemia, os adolescentes apresentavam certa estabilidade emocional, participavam ativamente das ações ofertadas e não possuíam históricos expressivos de antecedentes com transtornos mentais. Realidade que se inverteu após as medidas exigidas pelo contexto pandêmico, quando, após avaliação da equipe multidisciplinar, os adolescentes passaram a receber os seguintes tratamentos:

1. O socioeducando W.P, 17 anos, passou pela avaliação clínica e não foi detectado nenhuma sintomatologia clínica, sendo encaminhado para o serviço de psicologia por se tratar de sintomas ansiosos. Passou a frequentar as sessões de psicoterapia e adotou algumas estratégias. No seu relato, ele dá a seguinte informação: *"[...] tento regular minha respiração através das técnicas que a psicóloga me orientou, cuido da horta e rezo muito, penso na minha família e desvio os pensamentos negativo com coisas boas" (SIC).*
2. Já o adolescente E.O, 18 anos, apresentou um quadro clínico com sintomas ansiosos mais intensos, sendo necessário o tratamento conjunto com psicoterapia e terapia medicamentosa. Também foi orientado a técnicas interventivas de autocontrole da respiração. O mesmo passou a escrever músicas gospel de sua autoria: *"[...] através da construção das*

musicas eu entro em contato com Deus, lembro dos meus filhos e o quanto preciso deles [...] Mas quando vejo minha família através da ligação por vídeo, me acalmo, sei que eles estão bem e eu preciso ficar bem” (SIC).

É notável, tanto pelos números, quanto pela hermenêutica discursiva expressa por esses jovens, que as vivências das mudanças institucionais e relacionais caudadas pela pandemia do SARS-COV-2 (Covid-19) contribuiu para a ocorrência de transtornos mentais nos adolescentes assistidos, afetando 31% daquela população e impactando de forma direta nas saúdes mentais. Tal realidade contribuiu para o adoecimento mental e impactou de forma expressiva as suas estruturas psíquicas.

É importante frisar que existem diferenças e distinções entre sintomas psiquiátricos e transtornos mentais, conforme salienta o médico psiquiatra André Russowsky Brunoni, no seu artigo “Sintomas e diagnósticos são coisas diferentes”. Segundo aquele autor:

[...] ter um sintoma depressivo é algo normal na pandemia, diferente de um transtorno depressivo maior, que é uma síndrome com componentes genéticos e de história de vida (BRUNONI, 2021, p. 5).

Em uma pandemia, a prioridade é salvar vidas, bem como fortalecer as medidas de saúde pública e prevenção de agravos. No entanto, as necessidades emocionais das pessoas não podem ser deixadas em segundo plano, caso contrário, podemos estar caminhando para uma outra epidemia, que causará graves danos à sociedade como um todo (OPAS, 2020a). Diante desse cenário, é notório que alterações no estado emocional, como o desenvolvimento de ansiedade e depressão, afetam negativamente a vida do indivíduo, amplificando os efeitos dos estresses causadas pelo contexto pandêmico. Assim, é necessário implementar meios para solucionar este impasse, com o intuito de que todos os problemas relacionados à perda de saúde mental sejam, no mínimo, minimizados (FARO *et al.*, 2020)

Dessa forma, conforme citado anteriormente, todas as medidas restritivas para o controle da disseminação do covid-19, apesar de absolutamente

necessárias e positivas para o controle da doença, acarretaram consequências psicológicas em uma parcela dos adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa na Unidade de Internação Masculina Extensão.

Conclusão

Os efeitos da pandemia do SARS-Cov-2 (Covid-19) repercutiram de forma avassaladora, sendo necessária a adoção de estratégias emergenciais visando a diminuição e/ou o bloqueio da disseminação da doença. Esse contexto exigiu a manutenção do isolamento social durante o período denominado quarentena, condição que gerou quadros de ansiedade e instabilidade emocional em muitas pessoas, principalmente naqueles que atuam em contextos institucionais de alta complexidade.

Entretanto, nos adolescentes privados de liberdade, a adequação a certas situações, como a necessidade da ausência de contato presencial com os familiares, a limitação da liberdade de ir e vir e redução das atividades pedagógicas, além significarem mudanças práticas nas rotinas, surgiram como fatores de impacto nas suas saúdes mentais. O que este capítulo explora, em sua essência, são os efeitos da pandemia na nossa compreensão das redes de cuidado e de relações sócioafetivas que, junto com os dispositivos institucionais, suportam as dinâmicas assistenciais e a saúde mental dos jovens atendidos pelos centros socioeducativos.

Fica claro pelo conjunto de depoimentos de profissionais e de jovens aqui apresentados que há desenvolvido, no contexto da Unidade de Internação Masculina Extensão, uma cultura institucional baseada em “produções de verdades tácitas e de ordens irreduzíveis” (TEIXEIRA *et al.*, 2019, p.18), mas também configurações sócioafetivas em que os regimes biográficos se ressentem – inclusive manifestando processos de adoecimento (ansiedade, depressão, estresse etc.) – das mudanças nessas mesmas “ordens irreduzíveis” que configuram a missão institucional. Isso significa que esses corpos e suas trajetórias compartilham com o segmento institucional e com a sua rede de profissionais de uma rede de cuidado, dentro da qual as trocas materiais,

técnicas e simbólicas demonstram efeitos sobre as partes. Assim, o que se fortaleceu – e também o que sofreu abalos durante o contexto pandêmico – foi a manutenção dessa “integralidade” conquistada pela instituição durante os seus anos de atuação. Por *integralidade* se compreende “a forma como o indivíduo se percebe doente, que leva-o a agir segundo alguns parâmetros bem definidos, a procurar tratamento e a avaliar o que recebe” (OLIVEIRA, 2002, p. 72), ou seja, a consciência sobre os processos de adoecimento por parte dos jovens; consciência essa que deve ser sempre compartilhada sintomática e simbolicamente com o corpo terapêutico e assistencial: os psicólogos e assistentes sociais de fala aqui também reportadas.

Considerando o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), em observância à proteção integral do jovem, as diretrizes instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as recomendações de caráter preventivas expedidas pelos órgãos públicos e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com o intuito de assegurar a saúde dos jovens, foi necessário o despertar de um novo olhar técnico para a aplicação e execução das medidas socioeducativas em tempos de pandemia. Os profissionais que atuam diretamente nesta Unidade precisaram criar estratégias de atuação decorrente do contexto social vigente, de forma a reduzir os impactos da pandemia de Covid-19.

Nesse sentido, intervenções de atendimentos por videoconferência e contato dos adolescentes com a família, permanência dos atendimentos técnicos, distribuição de kits de proteção (mascaras, álcool e gel), redução do quantitativo de adolescentes participantes nas atividades ofertadas e orientações educativas foram alternativas socialmente acessível para intervir entre os adolescentes em privação de liberdade durante o período de isolamento social, garantindo, assim, a manutenção dos vínculos familiares através de contatos frequentes entre esses adolescentes e os seus.

Entendemos que os processos que atravessaram dentro do contextos de privação de liberdade foram de intensa sobrecarga emocional, acarretando consequências psicológicas em uma parcela dos adolescentes assistidos. Através dos resultados obtidos nesse estudo, percebe-se que os adolescentes participantes interpretaram a pandemia como um período complicado e gerador

de sofrimento psíquico. Além de lhes causar uma diminuição na interação social, fez surgir sentimentos de incerteza e de medo, além do aparecimento de sintomas de estresse, ansiedade e depressão.

O contexto acarretado pela crise pandêmica ocasionou a busca por formas de medidas restritivas para o controle da disseminação do covid-19 na Unidade de Internação Masculina Extensão, as quais foram de extrema importância e positivas para o controle da doença. No entanto, a qualidade da “integralidade” (OLIVEIRA, 2002) do tratamento dispendido pela Unidade – como já abordado em outro momento – foi drasticamente afetado, ocasionando (ou contribuindo para) a reemergência de danos à saúde mental da população atendida. Pode-se inferir, por isso mesmo, que a pandemia tanto comprometeu aspectos do serviço humanizado e integral prestado pela Unidade, como, paradoxalmente, foi importante para nos fazer notar a importância do serviço continuado, especializado e intensivo que a instituição realiza. Provando, dessa forma, sua indispensabilidade.

Dessa forma, em tempo de pandemia, tão importante quanto as medidas de restrições do combate ao coronavírus, é a identificação das múltiplas consequências e os impactos na saúde mental que essa vem ocasionando nas vidas desses adolescentes privados de liberdade. Uma vez que, se não tratados, problemas de saúde mental podem ter efeitos duradouros e reversos às conquistas terapêuticas realizadas no acompanhamento desses jovens.

Referências

ABNT – MACHADO, G. DE O. et al. **Socioeducação em tempos de Covid-19: atuação da Psicologia com grupos de adolescentes**. Cadernos de Psicologias, Curitiba, n. 1, 2020. Disponível em:
<<https://cadernosdepsicologias.crppr.org.br/socioeducacao-em-tempos-de-covid-19-atuacao-da-psicologia-com-grupos-de-adolescentes>

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**/Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. (2019). ***Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros***. Brasília,DF:CNMP. Recuperado de https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/cnmp/panorama_socioeducativo_estados_brasileiros_cnmp_2019.pdf.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BROOKS SK, et al. **The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence**. Lancet,395: 912-920, 2020.

BRUNONI, André Russowsky. [https://diariomentalfeiradesantana](https://diariomentalfeiradesantana.wordpress.com/2021/05/).wordpress. Com /20 21/05.

CHIZZOTTI, A.(2006) ***Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais***. Petrópolis: Vozes, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020**. Recuperado de <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

COSTA, C. R. B. S. F., & ASSIS, S. G. **Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no sistema socioeducativo**. *Psicologia & Sociedade*, 18(3), 74-81. 2006 doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000300011>

FARO A, et al. **COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado**. Estudos de Psicologia, Campinas, 2020.

FREUD, A. **Adolescência**. Trad. MEIRA, A.M.G. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, ano 5, n.11, p.66-72. 1958.

FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago. 1989.

KINNER, S.A, YOUNG, J. T., SNOW, K., SOUTHALA, L., Lopez-ACUÑA, D., FERREIRA-BORGES, C., & O'MOORE, É. (2020). **Prisons and custodial settings are part of a comprehensive response to COVID-19**. *The Lancet Public Health*, 5(4), 188-189. doi: [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(20\)30058-X](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(20)30058-X)

MARSH, E. J., & GRAHAM, S. A. **Classificação e tratamento de psicopatologia infantil. Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente: transtornos gerais (pp.29-59)**. Livraria Santos. São Paulo, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2020). **Painel Coronavírus**. Recuperado de <https://covid.saude.gov.br/>.

MOREIRA, W. C., SOUSA, K. H. J. F., SOUSA, A. R., SANTANA, T. S., ZEITOUNE, R. C. G., & NÓBREGA, M. P. S. S. (2020). **Intervenções em saúde mental em tempos de COVID-19: scopingreview**. *ScieloPreprints*. Recuperado de <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/1007/1437/1521>.

OLIVEIRA, Francisco Arsego de. Antropologia nos serviços de saúde: integralidade, cultura e comunicação. *Interface - Comunic, Saúde, Educ*, v. 6, n. 10, p.63-74, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/vFvhTFfR3yX6hXQ9kX6xPVG/?format=pdf&lang=pt>

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE(OPAS).**Intervenções recomendadas em saúde mental e apoio psicossocial (Smaps) durante a pandemia**. 2020a.

Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/53017/OPASBRANMHMHCOVID19200026_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acessado em: 19 de maio de 2021

RICOEUR, P. **O discurso da ação**. Lisboa: Edições 70. 1988.

SECRETARIA ESTADUAL DE PREVENÇÃO A VIOLENCIA. **Relatório da Unidade Básica de Saúde Dr José Gonçalves Alves Sobrinho**, 2021.

REVIEW. **ScieloPreprints**. Recuperado de <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/1007/1437/1521>.

SECRETARIA ESTADUAL DE PREVENÇÃO A VIOLENCIA. **Plano de Contingência de Prevenção ao Contágio por COVID-19**, 2020.

SÁNCHEZ, A., SANTOS, M., & LAROUZE, B. **Sustainable architectural program for tuberculosis control in Brazilian prisons**. In WHO Regional Office for Europe. *Good Practices in Prevention and Care of Tuberculosis and Drug-Resistant Tuberculosis in Prisons* (pp. 70-71).

2018. Copenhagen: WHO. Recuperado de https://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0003/360543/TB-prisons-9789289052917-eng.PDF.

SCHIMEDT, B., CREPLAD, M. A., BOLZE, S. D. A., NEIVA-SILVA, L. & DEMENECH, L. M. (2020). **Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19)**. *Estudos de Psicologia*, 37, 1-13. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200063>

TEXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andrea; ABREU, Luiz Eduardo. *Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais*. Brasília: ABA Publicações, 2019.

